

CONCURSO PÚBLICO

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RORAIMA - COREN-RR

EDITAL Nº 001/2024

ANALISTA ADMINISTRATIVO - ADVOGADO

Duração: 4h (quatro horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com **40 (quarenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, e prova de redação, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS BÁSICOS			CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	REDAÇÃO
LÍNGUA PORTUGUESA	NOÇÕES DE INFORMÁTICA	NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
1 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 40	

b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da prova de redação no verso.

- 02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:



- 05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro)** alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida **1 (uma)** hora do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Concurso Público, que será lavrado pelo Coordenador do local.
- 07 Ao candidato, será permitido levar seu CADERNO DE QUESTÕES a partir de **1 (uma)** hora para o término da prova e desde que permaneça em sala até esse momento.
- 08 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de conhecimentos, o candidato entregará obrigatoriamente o seu cartão de respostas. O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.
- 09 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas e preencher sua folha de resposta. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.
- 10 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir:

Um guia multitarefa para recuperar o foco

Na verdade, não podemos fazer mais de uma coisa ao mesmo tempo, dizem os especialistas; mas há algumas táticas capazes de ajudar nessa missão

Não tem jeito: hoje em dia vivemos em modo multitarefa. Quantas vezes você manda mensagem enquanto está no trânsito, perde o fio da meada de um podcast porque está fazendo tarefas domésticas ou fica mudando de tela entre o site de notícias e a sua caixa de entrada?

“Ficamos presos nesta armadilha da multitarefa mesmo sem perceber”, diz Nicole Byers, neuropsicóloga em Calgary, Canadá, especializada no tratamento de pessoas com *burnout*.

Esse nosso hábito coletivo tem algumas razões, acrescenta ela. A maioria das pessoas evita o tédio sempre que possível, explica Byers, e a multitarefa é uma maneira eficaz de fazê-lo.

E também há muita pressão externa. “Quantas vezes vemos um anúncio de emprego que diz: ‘Precisa ser excelente em multitarefa?’”, ela pergunta. “Nosso mundo moderno – onde passamos a maior parte do dia diante das telas – força nosso cérebro a ficar no modo multitarefa”.

O fato é que não somos bons em multitarefa – e ela não é boa para nós. Mas existem maneiras de a encararmos com mais inteligência.

Seu cérebro no modo multitarefa

Em primeiro lugar, “multitarefa” geralmente não é o termo mais correto. De acordo com especialistas, não é possível fazer duas coisas ao mesmo tempo – a menos que consigamos fazer uma delas sem pensar muito (como dar um passeio enquanto conversamos com um amigo).

“Normalmente, quando as pessoas acham que estão no modo multitarefa, na verdade estão alternando a atenção entre duas tarefas diferentes”, diz Gloria Mark, professora de informática na Universidade da Califórnia, Irvine, e autora de *Attention Span: A Groundbreaking Way to Restore Balance, Happiness and Productivity* [algo como “Capacidade de atenção: uma maneira inovadora de recuperar o equilíbrio, a felicidade e a produtividade”].

Vejamos o que acontece quando você se dedica a uma única tarefa, como preparar o jantar. A partir do momento em que você decide o que fazer, diferentes regiões de seu cérebro, chamadas de rede de controle cognitivo, colaboram para que isso aconteça, explica Anthony Wagner, professor de psicologia em Stanford e vice-diretor do Instituto Wu Tsai de Neurociências da universidade.

Essa rede abrange áreas do cérebro envolvidas nas funções executivas ou na capacidade de planejar e executar comportamentos orientados a objetivos. Juntas, elas criam um modelo mental da tarefa em questão e do que você precisa para realizá-la. Seu cérebro consegue fazer isso, conta Wagner, recorrendo a informações externas e internas, como os ingredientes na geladeira ou a memória da receita.

Mark comparou esse processo a desenhar em um quadro mental. Se sua amiga ligar para reclamar do dia dela, o quadro vai se apagar. “Cada vez que você volta sua atenção para uma nova tarefa, seu cérebro precisa se reorientar”, disse ela.

Se você conhece o prato como a palma da sua mão ou se seu bate-papo é agradável e alegre, essa alternância pode ser simples. Mas quanto mais esforço cada tarefa exige, mais seu

cérebro terá de lidar com informações concorrentes e objetivos diferentes.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/saude/um-guia-multitarefa-para-recuperar-o-foco/>. Acesso em 23/03/2024

1. A tese defendida no texto é a de que:

- A) em nenhuma hipótese, é possível realizar duas tarefas ao mesmo tempo
- B) todos nós podemos ser ótimos em multitarefa, se houver o devido treino para isso
- C) só é possível desenvolver duas atividades ao mesmo tempo em situações muito específicas
- D) se não desenvolvermos táticas específicas no modo multitarefa, será impossível conseguir bons empregos

2. O texto apresenta algumas razões, alegadas pelas pessoas, como justificativa para o desenvolvimento de sua própria capacidade de realizar diferentes atividades no modo multitarefa. Dentre essas razões estão:

- A) atendimento às demandas de mercado e surgimento de *burnout*
- B) superação do tédio e atendimento às demandas de mercado
- C) busca de tranquilidade mental e surgimento de *burnout*
- D) superação do tédio e busca de tranquilidade mental

3. “Vejamos o que acontece quando você se dedica a uma única tarefa, como preparar o jantar” (8º parágrafo). Esse trecho do texto estabelece uma relação específica com todas as informações precedentes. Essa relação é de:

- A) causa
- B) consequência
- C) generalização
- D) exemplificação

4. “Esse nosso hábito coletivo tem algumas razões, acrescenta ela. A maioria das pessoas evita o tédio sempre que possível, explica Byers, e a multitarefa é uma maneira eficaz de **fazê-lo**” (3º parágrafo). Nesse trecho, a expressão destacada faz referência ao/à:

- A) “nosso hábito coletivo”
- B) “algumas razões”
- C) evitar “o tédio”
- D) “multitarefa”

5. Em “Mas **quanto mais** esforço cada tarefa exige, **mais** seu cérebro terá de lidar com informações concorrentes e objetivos diferentes” (11º parágrafo), os conectivos destacados veiculam o sentido de:

- A) adição
- B) contraste
- C) proporção
- D) alternância

6. Em “Nosso mundo moderno – onde **passamos** a maior parte do dia diante das telas – força nosso cérebro a ficar no modo multitarefa” (4º parágrafo), no contexto de uso, o verbo destacado está flexionado no:

- A) presente do indicativo
- B) presente do subjuntivo
- C) pretérito perfeito do indicativo
- D) pretérito imperfeito do subjuntivo

7. Na palavra **PRESOS**, o elemento mórfico destacado tem o mesmo significado e a mesma função do elemento destacado em:

- A) lápis
- B) molas
- C) ouvires
- D) cantastes

8. “De acordo com especialistas, não é possível fazer duas coisas ao mesmo tempo – **a menos que consigamos fazer uma delas sem pensar muito** (como dar um passeio enquanto conversamos com um amigo)” (6º parágrafo). Uma forma possível de reescrita do trecho destacado, sem alteração de sentido, é:

- A) “exceto se conseguirmos fazer uma delas sem pensar muito”
- B) “apesar de conseguirmos fazer uma delas sem pensar muito”
- C) “quando conseguimos fazer uma delas sem pensar muito”
- D) “mas conseguimos fazer uma delas sem pensar muito”

9. “Esse nosso hábito coletivo tem algumas razões, acrescenta ela. A maioria das pessoas evita o tédio” (3º parágrafo). Nesse trecho, há quatro pronomes. São eles:

- A) nosso – tem – ela – o
- B) esse – nosso – das – o
- C) nosso – algumas – das – o
- D) esse – nosso – algumas – ela

10. Em “Vejam o que acontece quando você se dedica a uma única tarefa, como preparar o jantar” (8º parágrafo), há:

- A) três orações
- B) quatro orações
- C) cinco orações
- D) seis orações

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. A CPU de um computador de uso pessoal é composta de diversas partes funcionais. Um dos componentes de hardware de uma CPU é:

- A) a Unidade Lógica e Aritmética
- B) o Gabinete e sua fonte de alimentação
- C) o Basic Input-Output Subsystem (BIOS)
- D) o Peripheral Component Interconnect (PCI)

12. Durante o uso do sistema operacional Windows 10 em português, por vezes, um usuário precisa obter a lista dos serviços que estão em execução no momento. Um dos utilitários que pode fornecer essa informação é o:

- A) Defender
- B) Microsoft Store
- C) Explorador de arquivos
- D) Gerenciador de Tarefas

13. No Microsoft PowerPoint, quando o usuário quiser fazer alterações que sejam aplicadas a todos os slides, de forma que todos contenham as mesmas fontes e imagens (como logotipos), poderá fazer essas alterações em um só lugar, denominado:

- A) designer
- B) slide Mestre
- C) suplemento COM
- D) controle de desenvolvedor

14. Para proteger a rede interna da empresa, pode-se utilizar equipamentos que monitoram e filtram o tráfego de entrada e saída da rede, baseando-se em um conjunto definido de regras de segurança. Esse tipo de equipamento é denominado:

- A) Hub
- B) Bridge
- C) Firewall
- D) Antivírus

15. Um usuário do sistema operacional Windows que conhece o nome e o IP de um computador da rede interna precisa investigar se esse computador está ativo e respondendo a comandos. Para isso, pode iniciar sua investigação fazendo uso do utilitário:

- A) tree
- B) ping
- C) ifconfig
- D) ipconfig

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16. Com relação à ética do servidor público no exercício de suas funções, caracteriza-se como um dever fundamental do servidor público:

- A) dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral
- B) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas
- C) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço
- D) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos do seu conhecimento para atendimento do seu mister

17. Os serviços públicos que atendem às necessidades coletivas, em que o Estado assume e executa, direta ou indiretamente, usando de supremacia sobre os administrados, são classificados como:

- A) próprios
- B) delegados
- C) impróprios
- D) contratos de gestão

18. O ato administrativo, quanto ao seu conteúdo que é unilateral e vinculado, em que a Administração reconhece ao particular o direito de prestação de um serviço público, quando preenchidos todos os requisitos legais, denomina-se:

- A) cessão
- B) utilização
- C) admissão
- D) aprovação

19. O procedimento pelo qual o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro mediante pagamento em dinheiro por razões de necessidade ou utilidade pública ou por interesse social é conhecido como:

- A) requisição administrativa da propriedade
- B) inviolabilidade domiciliar
- C) direito de propriedade
- D) desapropriação

20. Segundo a Constituição Federal de 1988, o direito que pertence aos autores de forma exclusiva para utilização, publicação ou reprodução de suas obras, sendo um privilégio vitalício e ainda podendo ser transmitido aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar, denomina-se:

- A) autoral
- B) proteção à criação
- C) de propriedade industrial
- D) de propriedade de marcas

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com a classificação doutrinária, existem diversos tipos de Constituição, utilizando como referência diferentes critérios, tais como: forma, extensão, conteúdo, ideologia, meio de elaboração e extensão. A Constituição que fixa uma ideologia estatal única é chamada de:

- A) Dirigente
- B) Sintética
- C) Ortodoxa
- D) Cesarista

22. A interpretação das normas constitucionais é realizada com base em uma gama de princípios específicos. Entre esses, está o que preconiza que se deve conferir às normas constitucionais, quando da solução de problemas, a máxima aplicação e efetivação. Com base em tal raciocínio, o Supremo Tribunal Federal tende a utilizar o princípio em questão em suas decisões, mormente para afastar interpretações divergentes da Constituição. Essa finalidade é cumprida pelo emprego do princípio denominado:

- A) Princípio da Unidade da Constituição
- B) Princípio da Concordância Prática
- C) Princípio do Efeito Integrador
- D) Princípio da Força Normativa

23. Na Seção que dispõe sobre o Supremo Tribunal Federal, a Constituição Federal prevê competências originárias e competências recursais da Suprema Corte. É competência originária do Supremo Tribunal Federal:

- A) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta
- B) a reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal
- C) a execução de sentença nas causas de sua competência derivada, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais
- D) o litígio entre o Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município ou o Território

24. Entre outras prerrogativas, o exercício dos Direitos Políticos permite à pessoa votar e ser votada. No capítulo destinado a essa categoria de direitos, o constituinte estabelece que:

- A) a soberania popular é exercida pelo voto proporcional e secreto, com valor igual para todos
- B) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 70 anos e menores de 18 anos
- C) o sufrágio universal é condição suficiente para caracterizar a soberania popular na ordem constitucional brasileira
- D) são inelegíveis e inalistáveis os estrangeiros e, durante o serviço militar, os conscritos e os que estejam privados dos seus direitos políticos

25. Para que qualquer documento, instrumento ou norma do direito internacional tenha validade no território nacional, ele precisa, primeiro, passar por um processo de homologação ou internalização ao direito brasileiro. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos de que o Brasil é signatário apresentam status:

- A) de emenda constitucional desde que observado rito próprio
- B) de emenda constitucional desde sua assinatura
- C) supralegal, invariavelmente
- D) legal

26. Estão abarcados no orçamento não só a obrigatoriedade de registro de despesas e receitas, mas também a não afetação de receitas públicas. Assim, a Lei Orçamentária Anual deve compreender o conjunto das receitas e despesas orçamentárias de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Essa determinação decorre da aplicação do princípio constitucional financeiro da:

- A) Unidade
- B) Totalidade
- C) Anualidade
- D) Universalidade

27. O Mandado de Segurança é o remédio constitucional cuja finalidade é proteger direito líquido e certo que tenha sido violado por ato ilegal ou abusivo de autoridade pública ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. A impetração do Mandado de Segurança é cabível contra:

- A) ato judicial maculado com abuso de poder
- B) matéria interna corporis das Casas Legislativas
- C) decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo
- D) decisões interlocutórias da Lei dos Juizados Especiais (9099/95)

28. De acordo com o artigo 23 da Declaração Universal de Direitos Humanos, toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. Na proteção do direito social ao trabalho, conforme o ordenamento jurídico brasileiro, é vedado:

- A) remunerar o trabalho noturno em valor superior ao diurno
- B) atrelar-se ao salário-mínimo o valor alusivo a benefício social
- C) qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz
- D) reduzir o salário, ainda que disposto em sentido contrário em convenção

29. O Estado intervirá no Município nos limites do estabelecido pela Constituição Estadual de Roraima. De acordo com os ditames estabelecidos pelo Poder Constituinte decorrente:

- A) a intervenção será decretada pelo Governador, de ofício, aprovada por deliberação da maioria absoluta dos membros do órgão Especial do Tribunal de Justiça de Roraima
- B) aprovada a intervenção, o Governador nomeará o Interventor, integrante do Poder Legislativo estadual que assumirá seus encargos perante a Mesa da Câmara Municipal
- C) o interventor prestará contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas, nas mesmas condições estabelecidas para o Prefeito Municipal
- D) o Interventor desempenhará suas funções mediante a prestação do compromisso de cumprir a Constituições Federal, Estadual e a Lei Orgânica municipal

30. No capítulo da Constituição destinado ao meio ambiente, está estabelecido que são vedadas, na forma da lei, práticas que coloquem em risco ou submetam os animais à crueldade. Considerando essa disposição e de acordo com o ordenamento jurídico, a seguinte prática é autorizada:

- A) a vaquejada
- B) a farra do boi
- C) a briga de galo
- D) o sacrifício de animais em culto religioso

31. Organizações sociais são pessoas jurídicas de direito sem fins lucrativos que prestam atividades de interesse público. As organizações sociais:

- A) atuam sem fins lucrativos
- B) pertencem à Administração Pública
- C) prestam serviços públicos delegados
- D) são pessoas jurídicas de direito público

32. A investidura em cargo público é um ato administrativo complexo, composto de diversas etapas, entre as quais, estão a posse e o exercício. A respeito dessas duas fases distintas é correto afirmar que:

- A) só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação e reintegração
- B) é de 15 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse
- C) será tornado sem validade o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de 30 dias contados da sua publicação
- D) o início do exercício de função de confiança se dá no primeiro dia útil após a data de publicação do ato de designação

33. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) é aplicável exclusivamente às licitações e aos contratos nas situações previstas em lei específica. De acordo com essa norma, é vedada na execução indireta de obras e serviços de engenharia a adoção do seguinte regime:

- A) empreitada por preço unitário
- B) empreitada por preço global
- C) contratação semi-integrada
- D) contratação por tarefa

34. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador. São princípios que norteiam o disposto na norma em questão:

- A) a defesa do consumidor
- B) a função social da propriedade
- C) a boa-fé objetiva da Administração perante o particular
- D) o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado

35. O agente público que deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades, comete ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, a conduta descrita viola os deveres de:

- A) eficiência, neutralidade e publicidade
- B) moralidade, impessoalidade e legalidade
- C) honestidade, imparcialidade e legalidade
- D) impessoalidade, imparcialidade e moralidade

36. A Lei Geral de Proteção de Dados dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como um dos seus fundamentos:

- A) a qualidade dos dados
- B) o livre acesso aos dados
- C) a autodeterminação informativa
- D) a responsabilização e a prestação de contas

37. Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. De acordo com a lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, uma das condições que deve ser satisfeita por um serviço adequado é a:

- A) celeridade
- B) pontualidade
- C) especificidade
- D) modicidade das tarifas

38. O Selo de Desburocratização e Simplificação, instituído por lei, é destinado a reconhecer e a estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento aos usuários dos serviços públicos. Para a concessão do Selo deverá ser observado o seguinte critério:

- A) a economicidade de processos e procedimentos administrativos
- B) os benefícios difusos provenientes das iniciativas de simplificação
- C) a redução do tempo de espera no atendimento dos serviços públicos
- D) a redução de todas as formalidades necessárias para as finalidades almejadas

39. A Administração Pública Indireta é composta de entidades responsáveis pela execução de atividades administrativas que necessitam ser desenvolvidas de forma descentralizadas. É uma característica comum dos entes da administração indireta:

- A) não possuir patrimônio próprio
- B) possuir personalidade jurídica própria
- C) prescindir de lei específica para sua criação
- D) ter finalidade de interesse difuso, público e privado

40. A parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. É autorizada a adoção desse modelo no caso de:

- A) fornecimento de mão-de-obra cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00
- B) fornecimento e instalação de equipamentos cuja prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos
- C) concessão de serviço público envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado
- D) ter como único objeto o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

REDAÇÃO

Leia o texto a seguir:

A partir de informações colhidas em inquérito civil, desencadeado a partir de relatório de fiscalização realizado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado X, O Ministério Público do Estado daquela unidade da federação ajuizou ação civil pública em face do Município Y apontando péssimas condições de estrutura e atendimento do hospital pertencente à rede municipal. Foram formulados na ação pedidos para que fossem sanadas pela Administração municipal as irregularidades apontadas.

O relatório identificou como principal questão a existência de um déficit de profissionais trabalhando no hospital, além de diversas irregularidades, como, por exemplo, a ausência de vedação dos recipientes coletores de lixo, cruzamento de material estéril com contaminado e falta de manutenção e substituição de equipamentos.

De acordo com as normas que regem a administração pública com esteio no texto constitucional, desenvolva redação que aponte uma medida que pode ser adotada pelo Estado para provimento dos cargos de médico e funcionários técnicos. No texto a ser produzido, deve ser abordado o direito fundamental envolvido na situação, mencionando o papel do Poder Judiciário para garantir a efetividade desse direito, levando-se em conta ao menos um parâmetro a ser apontado pelo candidato para nortear decisões judiciais a respeito de políticas públicas, em situações em que a inércia administrativa impede a realização de direitos fundamentais.

Orientações:

1. A redação deverá ter, no mínimo, **20 (vinte)** linhas e, no máximo, **30 (trinta)** linhas.
2. A redação não poderá conter cópia dos textos motivadores.
3. Redija o texto com caneta esferográfica azul ou preta.
4. Utilize a norma-padrão da língua portuguesa.
5. A escrita deve ser legível. A redação ilegível receberá nota ZERO.
6. NÃO pule linhas e não dê espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos.
7. Transcreva o seu texto, a caneta, para a FOLHA DE REDAÇÃO, pois o rascunho NÃO será considerado para a correção.
8. Qualquer fragmento de texto fora do local indicado para a folha de redação será desconsiderado.
9. NÃO assine nem rubrique a FOLHA DE REDAÇÃO.

Qualquer escrita, sinal, desenho, marca ou símbolo que possibilite identificação do candidato é passível de nota ZERO.

Pontuação máxima: **100 pontos**.

RASCUNHO DA REDAÇÃO
MÍNIMO DE 20 E MÁXIMO DE 30 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	